



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS

9

EDITAL

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 03/2026

PROCESSO Nº 006/2026

Torna-se público que a Câmara Municipal de Buritis/RO, por meio do Departamento de Licitações, que realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável.

DATA DA SESSÃO DOS LANCES: 03 de Junho de 2026

HORÁRIO DA FASE DE LANCES: das 08:00h às 14:00h (horário de Brasília)

PLATAFORMA: <https://licitanet.com.br/>

1. OBJETO DA DISPENSA ELETRONICA

- 1.1. Contratação por dispensa de licitação nos termos do art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, para Contratação de empresa especializada no fornecimento de Materiais de Consumo, objetivando suprir as necessidades da CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS, nos termos da tabela abaixo e condições de exigências estabelecidas neste instrumento e em disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNID.	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	BANDEIRA NACIONAL BRASILEIRA (Conforme Lei No 5.700, de 1º de setembro de 1971.), dupla face, bordada, em tecido Oxford 100% poliéster, com fios de grande resistência e alto brilho. De alta qualidade e durabilidade. Tipo 2, com dois panos de largura (ou seja, 90cmX128cm aproximadamente). Com dois ilhoses em latão cromado para facilitar o hasteamento em qualquer mastro.	UND	02	R\$439,67	R\$ 879,34
	BANDEIRA DO ESTADO DE RONDÔNIA (Decreto Lei Nº 007 de 31 de dezembro de 1.981.) dupla face, bordada, em				



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS

2	tecido Oxford 100% poliéster, com fios de grande resistência e alto brilho. De alta qualidade e durabilidade. Tipo 2, com dois panos de largura (ou seja, 90cmX128cm aproximadamente). Com dois ilhoses em latão cromado para facilitar o hasteamento em qualquer mastro.	UND	02	R\$ 439,67	R\$ 879,34
3	BANDEIRA DO MUNICÍPIO DE BURITIS/RO , dupla face, bordada, em tecido Oxford 100% poliéster, com fios de grande resistência e alto brilho. De alta qualidade e durabilidade. Tipo 2, com dois panos de largura (ou seja, 90cmX128cm aproximadamente). Com dois ilhoses em latão cromado para facilitar o hasteamento em qualquer mastro.	UND	02	R\$ 439,67	R\$ 879,34
4	BANDEIRA DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL , dupla face, bordada, em tecido Oxford 100% poliéster, com fios de grande resistência e alto brilho. De alta qualidade e durabilidade. Tipo 2, com dois panos de largura (ou seja, 90cmX128cm aproximadamente). Com dois ilhoses em latão cromado para facilitar o hasteamento em qualquer mastro.	UND	02	R\$ 439,67	R\$ 879,34
TOTAL GERAL					R\$ 3.517,36

1.2. A contratação será por Dispensa de Licitação, para efeito de elaboração de proposta, deverão ser observadas as respectivas especificações e quantidades descritas no termo de referência.

1.2.1. Não serão permitidas alterações no descritivo dos itens.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Dispensa Eletronica e seus Anexos quanto às especificações do objeto.





ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do **Sistema LICITANET**, disponível no endereço eletrônico <https://licitanet.com.br/>

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível na **Plataforma LICITANET**, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.1.3. Somente poderão participar deste certame microempresa, empresa de pequeno porte e cooperativas equiparadas a EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, atualizada pela Lei Complementar nº 147/14.

2.2. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA DISPENSA OS FORNECEDORES:

2.2.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Dispensa Eletrônica e seu(s) anexo(s);

2.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

b) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato/ata, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

c) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

d) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.2.4. Aplica-se o disposto na alínea "a" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.





ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS

2.2.5. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

2.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.

2.3.1. Será aplicada às cooperativas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL.

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de Dispensa Eletrônica, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze (12) meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo considerado na elaboração da proposta, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o **Termo de Referência, anexo II** deste aviso de Dispensa Eletrônica, assumindo o proponente o compromisso de fornecer os materiais, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la.





ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.9.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Dispensa Eletronica e seus anexos;

3.9.4. Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.6. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

3.10. Fica facultado ao fornecedor, se disponível a funcionalidade no sistema, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço).

3.10.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.10.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Dispensa Eletronica.

3.10.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.10.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir das 08h (horário de Brasília) da data estabelecida neste Aviso de Dispensa Eletronica, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.





ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor item.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Dispensa Eletrônica.

4.3.2. O **intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 0,01**.

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contra proposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance/valor negociado.

5.3.1. A proposta final do licitante declarado vencedor e/ou documentos complementares deverão ser encaminhados no prazo mínimo de 2h (duas horas), a





ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS

contar da solicitação no sistema eletrônico .

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1. Contiver vícios insanáveis;

5.5.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços item ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.8. Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para a desclassificação. A proposta poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pela Administração, desde que não haja majoração do preço.

5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Dispensa Eletrônica.

6. HABILITAÇÃO





ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação





ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS

complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Dispensa Eletrônica e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, **via sistema na Plataforma Licitanet** no prazo indicado pela Administração, que não será inferior a 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Dispensa Eletrônica.

6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Ficam estabelecidas conforme itens 5 do termo de Referência –Anexo II deste Edital.

8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no **art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021**, quais sejam:

8.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato/ata;

8.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato/ata que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato/ata;

8.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. Não celebrar o contrato/ata ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua





ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS

proposta;

8.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto deste sem motivo justificado;

8.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato/ata;

8.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato/ata; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.9.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.11. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

8.2.1. Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação

Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(ns) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.1.2;

8.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Dispensa Eletronica, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens **8.1.8 a 8.1.2**, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

8.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além





ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS

da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Dispensa Eletrônica, em hipótese alguma, isenta a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por

pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. GESTÃO DO CONTRATO

9.1 Ficam estabelecidas conforme **itens 6 do termo de Referência** –Anexo II deste Edital.

10. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

10.1 Ficam estabelecidas conforme **itens 4 do termo de Referência** –Anexo II deste Edital.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O procedimento será divulgado na **Plataforma Licitanet**, no endereço eletrônico <https://licitanet.com.br/>

11.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

11.3. Republicar o presente aviso com uma nova data;

11.4. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores





ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS

preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

11.5. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

11.6. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

11.7. As providências dos subitens 11.3 e 11.4 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

11.8. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Dispensa Eletrônica, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

11.9. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

11.10. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

11.11 Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

11.12. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.13. As normas disciplinadoras deste Aviso de Dispensa Eletrônica serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.14. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

11.15. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Dispensa Eletrônica e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

11.16. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

11.17. Integram este Aviso de Dispensa Eletrônica, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.17.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação;

11.17.2. ANEXO II – Termo de Referência;





ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS

11.17.3. ANEXO III – Modelo de Proposta;

11.17.4. ANEXO IV – Estudo Técnico Preliminar;

Buritis/RO, 26 Maio de 2026.

Departamento de Licitações

Joyce Pazitto Dos Santos
Assessora de Agente Contratação





ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS

ANEXO I

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. Habilitação jurídica:

- 1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 1.7. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
- 1.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- 2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS

2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

3. Em relação às fornecedoras cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

3.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato/ata, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764 de 1971;

3.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

3.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

3.4. O registro previsto na Lei nº 5.764/71, art. 107;

3.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato/ata; e

3.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato/ata em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da dispensa;

3.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.





ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO

VERSÃO 01

DATA DE ELABORAÇÃO: 06/04/2026

RESPONSÁVEL: Adriano de Almeida Lima

MATRÍCULA: 344

ÓRGÃO: Câmara Municipal de Buritis - RO





ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
TERMO DE REFERÊNCIA Nº 11/2026/CMB
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006-2026/CMB

1 - DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada no fornecimento de Materiais de Consumo, objetivando suprir as necessidades da CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS, nos termos da tabela abaixo e condições de exigências estabelecidas neste instrumento e em disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

MATERIAL DE CONSUMO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNID.	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	BANDEIRA NACIONAL BRASILEIRA (Conforme Lei No 5.700, de 1º de setembro de 1971.), dupla face, bordada, em tecido Oxford 100% poliéster, com fios de grande resistência e alto brilho. De alta qualidade e durabilidade. Tipo 2, com dois panos de largura (ou seja, 90cmX128cm aproximadamente). Com dois ilhoses em latão cromado para facilitar o hasteamento em qualquer mastro.	UND	02	R\$439,67	R\$ 879,34
2	BANDEIRA DO ESTADO DE RONDÔNIA (Decreto Lei Nº 007 de 31 de dezembro de 1.981.) dupla face, bordada, em tecido Oxford 100% poliéster, com fios de grande resistência e alto brilho. De alta qualidade e durabilidade. Tipo 2, com dois panos de largura (ou seja, 90cmX128cm aproximadamente). Com dois ilhoses em latão cromado para facilitar o hasteamento em qualquer mastro.	UND	02	R\$ 439,67	R\$ 879,34
3	BANDEIRA DO MUNICÍPIO DE BURITIS/RO , dupla face, bordada, em tecido Oxford 100% poliéster, com fios de grande resistência e alto brilho. De alta qualidade e durabilidade. Tipo 2, com dois panos de largura (ou seja, 90cmX128cm aproximadamente). Com dois ilhoses em latão cromado para facilitar o hasteamento em qualquer mastro.	UND	02	R\$ 439,67	R\$ 879,34
	BANDEIRA DO PODER				





ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS

4	LEGISLATIVO MUNICIPAL , dupla face, bordada, em tecido Oxford 100% poliéster, com fios de grande resistência e alto brilho. De alta qualidade e durabilidade. Tipo 2, com dois panos de largura (ou seja, 90cmX128cm aproximadamente). Com dois ilhoses em latão cromado para facilitar o hasteamento em qualquer mastro.	UND	02	R\$ 439,67	R\$ 879,34
TOTAL GERAL					R\$ 3.517,36

1.2. Os objetos desta contratação não se enquadram como bens de luxo, conforme Resolução nº 15/2023 e justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto a que se refere esta contratação é caracterizado aquisição de bens consumo, conforme o art. 6º, inciso X, da Lei nº 14.133/2021, que define:

X - compra: aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente, considerada imediata aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento.

1.4. No que se refere às especificações do objeto em relação ao Catálogo Eletrônico de Padronização, não foram encontrados itens com descrição idêntica à contratação pretendida. Dessa forma, a descrição utilizada corresponderá ao item mais aproximado, observadas as características do objeto e as práticas usuais de mercado.

1.5. Os itens objeto deste instrumento, deverão ter os padrões mínimos de qualidade conforme estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

2 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da presente contratação embasa-se, principalmente, na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações, que institui normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública.

2.2. Na aplicação da referida, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do [Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 \(Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro\)](#).

2.3. Além da Lei Federal nº 14.133/2021, esta contratação também observa o disposto na Lei Municipal nº 2.176/2025 (Lei da Regionalidade), que estabelece a prioridade de aquisição de bens e serviços de fornecedores locais e regionais, desde que atendidas as condições de preço, qualidade e prazo.

2.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026 da Câmara Municipal de Buritis/RO em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar – ETP nº 04/2026, que integra e constitui apêndice deste Termo de Referência, ao qual se reporta para fins de detalhamento técnico.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO





ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS

4.1. Para a adequada execução do objeto, a empresa contratada deverá atender aos requisitos técnicos, operacionais, legais e administrativos estabelecidos neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar – ETP nº 10/2026, observando-se, especialmente, as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021

5 – EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. DA SOLICITAÇÃO E LOCAL DE EXECUÇÃO

5.1.1. Os materiais licitados serão solicitados conforme a necessidade da Câmara Municipal de Buritis e deverão ser entregues logo após solicitado, de forma que não comprometa a realização de atividades públicas, a qual se destina.

5.1.2. Os Produtos licitados deverão ser entregues no Almoxarifado da Câmara Municipal de Buritis, situado na Rua Theobroma, nº 1374, esquina com a Avenida Porto Velho Setor 2, no horário das 07:30 às 13:30 horas de segunda-feira a sextas-feiras.

5.2. PRAZO E FORMA DE ENTREGA DO OBJETO

5.2.1. O prazo de entrega dos materiais é de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da ordem de faturamento e/ou empenho, em remessa de forma parcelada, conforme necessidade e solicitado pela Câmara Municipal de Buritis.

5.2.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2.3. Os materiais/produtos deverão ser entregues rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste instrumento e seus Anexos, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com a aplicação das penalidades contratuais.

5.3. Especificação da garantia (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.3.1. Aplica-se, no que couber, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor quanto à oferta de reposição do produto, ainda que cessada a sua fabricação ou importação;

5.3.2. No caso de vícios ou de quaisquer outras irregularidades constatadas ao que diz respeito a defeitos de fabricação, a Administração fornecerá à Contratada relatório concernente a essas ocorrências, expondo seus motivos, a fim de que as mesmas sejam corrigidas;

5.3.3. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

a) A garantia prevista para o objeto diz respeito à solução de problemas no que tange as embalagens, bem com todo e qualquer defeito de fabricação apresentado e terá início da data de recebimento definitivo, sem ônus adicional para a contratante;

5.4. Os chamados relativos à garantia serão feitos pelo Contratante, por escrito por correio eletrônico, por telefone e ou pelos correios postais nacionais, obrigando-se a empresa Contratada atendê-la no prazo Máximo de 48 (quarenta e oito) horas e, caso tenha que substituir o produto, deverão trocá-los por outro de igual especificação em até 15 (quinze) dias, em perfeitas condições de uso e sob as mesmas condições contratuais.

5.5. O período de garantia consiste na reparação, sem quaisquer ônus adicionais para a Administração Pública, de eventuais desajustes, defeitos provenientes de fábrica, com as





ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS

necessárias substituições dos materiais defeituosos, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas.

5.6 A entrega deverá ser realizada dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais em quantidades e qualidades adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

5.7. Os materiais deverão obedecer às especificações de acordo com as normas vigentes do país.

6 – GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A presente contratação será regulada através de procedimento licitatório e deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput). Que deverá acompanhar a execução dos compromissos assumidos, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.5. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, deverá ser emitido notificações para a correção da execução, determinando prazo para a correção.

6.6. O gestor acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.7. O gestor tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.8. O Fiscal deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

Fiscalização

6.9. A fiscalização da contratação decorrente caberá a Câmara Municipal de Buritis, a qual designará servidores nomeados através de portaria/decreto conforme indicação do atual gestor da pasta para fiscalizar e acompanhar o objeto da presente licitação, esses servidores determinarão o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos da Resolução 19/2023 da Câmara Municipal de Buritis.

6.10. Caberá ao fiscal, acompanhar a entrega e verificar se os itens atendem às especificações técnicas definidas, no edital devendo:

- 6.10.1. Verificar a qualidade dos produtos fornecidos;
- 6.10.2. Emitir notificações para a correção de eventuais falhas ou defeitos;
- 6.10.3. Informar o gestor do contrato sobre quaisquer situações que requeiram decisões urgentes ou medidas além de sua competência;
- 6.10.4. Em caso de ausência ou impedimento do Fiscal, suas funções serão assumidas por um substituto previamente designado pela CONTRATANTE, garantindo a continuidade das atividades sem interrupções;
- 6.10.5. Garantir a manutenção das condições de habilitação da





ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS

CONTRATADA;

6.10.6. Agir de forma tempestiva diante de inadimplências contratuais, comunicando-se com o gestor do contrato para a tomada de ações cabíveis;

6.10.7. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na licitação ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações.

6.11. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da licitação, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7 – MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Recebimento do Objeto

7.1.1. A medição dos serviços será realizada conforme art. 140 da Lei 14.133/2021 que diz:

II - em se tratando de compras:

a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

§ 1º O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

§ 2º O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

§ 3º Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos em regulamento ou no contrato.

§ 4º Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.

7.2. Prazo de pagamento

7.2.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas às glosas e notas de débitos, nos termos da Resolução 19/2023 da Câmara Municipal de Buritis.

7.3. Forma de pagamento

7.3.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

7.3.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.3.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.3.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos





ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS

impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.4. Liquidação

7.4.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.4.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados da aquisição e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do objeto;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.4.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.4.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.4.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.4.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.4.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.4.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da contratação, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.5. O não atendimento aos requisitos estabelecidos neste Termo de Referência poderá





ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS

resultar em descontos proporcionais no pagamento ou em medidas previstas em contrato.

8 – SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade DISPENSA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço POR ITEM, em regime aberto.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

8.6. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.7. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

8.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.9. Documentos de identificação contendo RG e CPF do(s) sócio(s) ou sócio administrador;

8.10. Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF);

8.11. Registro Comercial, no caso de empresa individual.

8.12. Decreto de Autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);





ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARAMUNICIPALDEBURITIS

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Municipal ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e Municipal ou Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. **Certidão Negativa de Falência, de Concordata, de Recuperação Judicial ou Extrajudicial** – (Lei nº 11.101/2005) expedida pelo distribuidor da sede da empresa, EXPEDIDA NOS ÚLTIMOS 90 (Noventa) dias caso não conste o prazo de validade; ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

8.23. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9 – ESTIMATIVA DO PREÇO

9.1. O valor estimado para o desembolso para atender a demanda da Câmara Municipal de Buritis, é de **R\$ 3.517,36** (três mil quinhentos e dezessete reais e trinta e seis centavos) conforme estimativa na DFD juntada ao processo com ID 93040.

10 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Os recursos serão oriundos do orçamento vigente do Projeto/Atividade 01 031 1000 2001 0000 Manutenção das Atividades Administrativas da Câmara - Elemento de Elemento de Despesa 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo.

10.2. Ocorrendo à futura e eventual contratação neste exercício, às respectivas despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrá à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Câmara Municipal de Buritis-RO.

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada na fase de planejamento em momento oportuno para aprovação da Lei Orçamentária.

10.4. Com base na estimativa de gastos, realizou-se reserva de dotação orçamentária como objetivo de garantir o prosseguimento do processo licitatório.

11. INFORMAÇÕES GERAIS

11.1. Mais informações poderão ser adquiridas pelos e-mails: cplcamaraburitis@gmail.com e pregao@buritis.ro.leg.br ou na sala de Licitações, situada na sede da Câmara Municipal de Buritis, Rua Theobroma, nº 1374, Setor 2 – Buritis/RO, de segunda à sexta-feira das 07h30 às 13h30.

Edivaldo da Silva Souza
Diretor de Planejamento e Orçamento





ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS

Submete-se o presente Projeto Básico para que seja aprovado pela autoridade competente da Câmara Municipal de Buritis/RO.

Aprovo o presente Projeto Básico/Termo de Referência, nos termos da Lei 14.133/2021.

Adriano de Almeida Lima
PRESIDENTE





CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA

Referência: Dispensa Eletrônica nº 03/2026 CMB/RO

Processo Administrativo nº 006/2026

À Câmara Municipal de Buritis/RO.

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

EMAIL:

RESPONSÁVEL PARA CONTATO:

1. Em atendimento ao Aviso de Dispensa de Eletrônica em referência, apresentamos nossa proposta de preços para **o(s) item(ns)** abaixo especificado(s), conforme seu Anexo II -Termo de Referência, e nas condições que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	Valor UNITÁRIO (R\$)	Valor TOTAL (R\$)
Valor TOTAL (R\$)						

2. Esta proposta é válida por no mínimo 60 dias, a contar da data de sua apresentação.

3. Declaramos não possuir administrador ou sócio com poder de direção ou ainda familiar detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação, assim como de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante. Que não possui em seu quadro societário e/ou funcional, relação familiar, tampouco laços de afinidade ou parentesco natural e civil, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, com servidor da Câmara Municipal de Buritis/RO.

4. Os contatos poderão ser efetuados através do telefone ----- e do e-mail





CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

--.

5. Estão inclusos nos preços todos os custos operacionais e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, frete, encargos previdenciários, trabalhistas e outros necessários ao cumprimento integral do objeto. .
6. Estamos cientes e aceitamos as condições do Aviso de Dispensa Eletrônica em epígrafe, inclusive as fixadas para pagamento.

(Local e data)

(Assinatura do representante legal)





CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

ANEXO V

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – 04/2026

DATA DE ELABORAÇÃO: 04/03/2026

1- INFORMAÇÕES BÁSICAS

CMB - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06/2026.

Categoria do Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO

Area Requisitante
ALMOXARIFADO

Responsável
EDILAINE DO SOCORRO SOUZA

Este documento tem por objetivo apresentar o Estudo Técnico Preliminar (ETP) referente à aquisição de bandeiras oficiais destinadas à Câmara Municipal de Buritis/RO, para utilização em hasteamento em mastros, bem como em sessões plenárias, solenidades, eventos institucionais e demais atos oficiais.

A presente demanda decorre da necessidade de reposicionar, substituir e manter em adequado estado de conservação as bandeiras oficiais do Brasil, do Estado de Rondônia, do Município de Buritis e do Poder Legislativo Municipal, considerando o desgaste natural ocasionado pelo uso contínuo, exposição às intempéries e manuseio frequente.

A aquisição tem como finalidade assegurar o cumprimento das normas legais, protocolares e cerimoniais aplicáveis às repartições públicas, bem como preservar a imagem institucional, o respeito aos símbolos oficiais e a adequada representatividade do Poder Legislativo Municipal.

A contratação encontra-se alinhada ao Documento de Formalização da Demanda (DFD nº 001/2026) e ao Plano de Contratações Anual – PCA 2026, observando os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, nos termos da legislação vigente.

2- DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Câmara Municipal de Buritis/RO possui necessidade contínua de utilização de bandeiras oficiais para o cumprimento de suas atribuições institucionais, especialmente no que se refere ao hasteamento em mastros, à composição do ambiente do plenário, bem como à realização de sessões legislativas, solenidades, eventos oficiais e atos protocolares.

As bandeiras atualmente utilizadas encontram-se sujeitas a desgaste natural decorrente do uso contínuo, da exposição às intempéries, como sol e chuva, e do manuseio frequente, o que compromete sua integridade física, apresentação visual e conformidade com os padrões protocolares exigidos para repartições públicas.

A utilização de bandeiras em condições inadequadas pode prejudicar a imagem institucional da Casa Legislativa, além de representar descumprimento das





CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

normas legais e cerimoniais que regulam o uso dos símbolos oficiais, especialmente em eventos cívicos e na presença de autoridades.

Diante desse contexto, torna-se necessária a aquisição de novas bandeiras oficiais do Brasil, do Estado de Rondônia, do Município de Buritis e do Poder Legislativo Municipal de modo a garantir a adequada representação institucional, o respeito aos símbolos oficiais, a padronização visual e a continuidade das atividades legislativas, em conformidade com a legislação e os princípios da administração pública.

3- PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A presente contratação encontra-se devidamente prevista no Plano Anual de Contratações (PAC/PCA) da Câmara Municipal de Buritis/RO, referente ao exercício de 2026, conforme registro constante no Processo nº 41/2025, em consonância com o Documento de Formalização da Demanda (DFD nº 001/2026).

A inclusão da demanda no Plano Anual de Contratações evidencia a observância aos princípios do planejamento, da transparência e da racionalização das despesas públicas, assegurando que a aquisição de bandeiras oficiais esteja alinhada às necessidades institucionais previamente identificadas, bem como às diretrizes administrativas e orçamentárias do Poder Legislativo Municipal.

4- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A aquisição deverá ser realizada por meio de Pregão Eletrônico, nos termos da legislação vigente, por se tratar de bens comuns, cujas especificações podem ser definidas de forma objetiva e padronizada, garantindo ampla competitividade, transparência e economicidade para a Administração Pública.

A entrega das bandeiras deverá ocorrer em parcela única, conforme condições a serem estabelecidas no Termo de Referência, observados os prazos e demais exigências do certame.

Para atender adequadamente às necessidades institucionais da Câmara Municipal de Buritis/RO, as bandeiras oficiais a serem adquiridas deverão atender, no mínimo, aos seguintes requisitos técnicos e operacionais:

a) Conformidade legal e simbólica

As bandeiras deverão estar em conformidade com a legislação vigente que regulamenta os símbolos oficiais, observando fielmente cores, dimensões, proporções, grafismos e demais características oficiais aplicáveis a cada ente representado.

b) Características técnicas mínimas

As bandeiras deverão ser:

- Dupla face;
- Bordadas;
- Confeccionadas em tecido Oxford 100% poliéster ou material equivalente de alta resistência;
- Produzidas com fios de alta durabilidade e brilho, adequados ao uso externo;
- Tipo 2, com dois panos de largura, medindo aproximadamente 90 cm x 128 cm;
- Dotadas de dois ilhoses em latão cromado, adequados para hasteamento em mastros.





CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

c) Durabilidade e qualidade
As bandeiras deverão apresentar resistência ao uso contínuo e às intempéries, como sol, chuva e vento, mantendo boa apresentação visual e integridade estrutural durante o período de uso.

d) Padronização visual
Os produtos fornecidos deverão apresentar padronização de acabamento, cores e dimensões, garantindo uniformidade visual nos ambientes internos e externos da Câmara Municipal.

Além disso, constituem requisitos da contratação:

- A contratada deverá comprovar regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, por meio das certidões exigidas em lei;
- A contratada será responsável por todos os ônus decorrentes do fornecimento, incluindo frete, impostos, seguros e demais encargos;
- As bandeiras deverão ser fornecidas novas, sem uso anterior, em perfeitas condições;
- O fornecimento deverá observar rigorosamente as especificações técnicas definidas no Termo de Referência;
- A contratada deverá cumprir os prazos de entrega, contados a partir da emissão da Nota de Empenho;
- Poderá ser exigida a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, compatível com o objeto da contratação.

5- ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Item	Descrição	Quantidade
01	01 (uma) BANDEIRA NACIONAL brasileira (Conforme Lei No 5.700, de 1º de setembro de 1971.), dupla face, bordada, em tecido Oxford 100% poliéster, com fios de grande resistência e alto brilho. De alta qualidade e durabilidade. Tipo 2, com dois panos de largura (ou seja, 90cmX128cm aproximadamente). Com dois ilhoses em latão cromado para facilitar o hasteamento em qualquer mastro.	02
02	01 (uma) BANDEIRA DO ESTADO DE RONDÔNIA (Decreto Lei Nº 007 de 31 de dezembro de 1.981.) dupla face, bordada, em tecido Oxford 100% poliéster, com fios de grande resistência e alto brilho. De alta qualidade e durabilidade. Tipo 2, com dois panos de largura (ou seja, 90cmX128cm aproximadamente). Com dois ilhoses em latão cromado para facilitar o hasteamento em qualquer mastro.	02
03	01 (uma) BANDEIRA DO MUNICÍPIO DE BURITIS/RO, dupla face, bordada, em tecido Oxford 100% poliéster, com fios de grande resistência e alto brilho. De alta qualidade e durabilidade. Tipo 2, com dois panos de largura (ou seja, 90cmX128cm aproximadamente). Com dois ilhoses em latão cromado para facilitar o hasteamento em qualquer mastro.	02
04	01 (uma) BANDEIRA DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, dupla face, bordada, em tecido Oxford 100% poliéster, com fios de grande resistência e alto brilho. De alta qualidade e	02



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

	durabilidade. Tipo 2, com dois panos de largura (ou seja, 90cmX128cm aproximadamente). Com dois ilhoses em latão cromado para facilitar o hasteamento em qualquer mastro.	
--	---	--

6- LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para subsidiar a estimativa de custos e a definição da solução mais adequada, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar fornecedores aptos ao fornecimento de bandeiras oficiais, observadas as especificações técnicas mínimas necessárias ao atendimento das demandas da Câmara Municipal de Buritis/RO.

O levantamento considerou bandeiras amplamente disponíveis no mercado nacional, classificadas como bens comuns, passíveis de fornecimento por diversos fabricantes e distribuidores especializados, o que viabiliza a adoção de procedimento licitatório competitivo, nos termos da legislação vigente.

A pesquisa de preços foi realizada por meio do Banco de Preços, buscando-se obter, sempre que possível, no mínimo três cotações válidas, de modo a refletir os valores médios praticados pelo mercado, em conformidade com as orientações dos órgãos de controle e com os princípios da economicidade e da eficiência.

Além dos valores praticados, foram avaliados, de forma qualitativa, os seguintes aspectos:

- Conformidade das bandeiras com a legislação e normas protocolares, especialmente quanto a cores, dimensões, proporções e símbolos oficiais;
- Qualidade dos materiais utilizados, considerando resistência, durabilidade e adequação ao uso externo e institucional;
- Capacidade de fornecimento e prazos de entrega, assegurando o atendimento tempestivo da demanda;
- Experiência do fornecedor no fornecimento de produtos similares para órgãos públicos ou instituições.

O levantamento de mercado permitiu concluir pela viabilidade técnica e econômica da contratação, demonstrando que a aquisição das bandeiras oficiais encontra respaldo em oferta suficiente no mercado, com preços compatíveis e condições adequadas para atender às necessidades institucionais da Câmara Municipal de Buritis/RO.

7 – APLICAÇÃO DA LEI DE REGIONALIDADE

Em atendimento ao disposto na Lei Municipal nº 2.176/2025, que institui tratamento diferenciado, favorecido e simplificado às microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP), microempreendedores individuais (MEI), agricultores familiares, produtores rurais pessoa física e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas do Município de Buritis/RO, procedeu-se à análise da aplicabilidade da política de regionalidade à presente contratação.

A referida legislação tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e social local e regional, ampliar a eficiência das políticas públicas e incentivar a inovação, devendo ser observada pela Administração Pública Municipal, nos limites e condições nela estabelecidos.

Considerando que o objeto deste Estudo Técnico Preliminar se refere à aquisição de bandeiras oficiais, classificadas como bens comuns, amplamente disponíveis no mercado nacional e com natureza divisível, verifica-se a possibilidade de participação de microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive aquelas sediadas no Município de Buritis/RO ou na região do Vale do Jamari, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas mínimas definidas no Termo de Referência.





CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Ressalta-se que a eventual aplicação dos benefícios previstos na Lei Municipal nº 2.176/2025 será devidamente avaliada e regulamentada no instrumento convocatório, observando-se os limites legais, a competitividade do certame, a obtenção da proposta mais vantajosa e a inexistência de prejuízo ao conjunto do objeto, em consonância com a Lei Federal nº 14.133/2021.

8- ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do preço da contratação foi elaborada com base em levantamento realizado junto ao Banco de Preços, considerando valores praticados em aquisições similares realizadas por órgãos públicos, bem como referências de mercado compatíveis com as especificações técnicas definidas para o objeto.

Conforme apurado, o valor estimado total para a aquisição das bandeiras oficiais é de R\$ 3.517,36 (três mil quinhentos e dezessete reais e trinta e seis centavos), conforme demonstrado nas cotações e relatórios de pesquisa de preços anexados aos autos.

A estimativa contempla os custos necessários para o fornecimento das bandeiras do Brasil, do Estado de Rondônia, do Município de Buritis/RO e do Poder Legislativo Municipal, em quantidades suficientes para atender às necessidades institucionais, observando-se os princípios da economicidade, razoabilidade e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

9- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na aquisição de bandeiras oficiais, conforme especificado no Documento de Formalização da Demanda (DFD nº 001/2026), por meio da modalidade Pregão Eletrônico, tendo em vista tratar-se de bens comuns, cujos padrões de qualidade, desempenho e características podem ser objetivamente definidos no edital, com base em especificações usuais praticadas no mercado.

As bandeiras a serem adquiridas encontram-se amplamente disponíveis no mercado nacional, sendo fornecidas por diversos fabricantes e distribuidores especializados, o que assegura a competitividade do certame, a obtenção de preços mais vantajosos e a adequada logística de fornecimento, sem necessidade de serviços acessórios de instalação ou manutenção especializada.

A solução adotada mostra-se tecnicamente adequada, por atender às necessidades institucionais de hasteamento em mastros, composição do ambiente do plenário, bem como de eventos, solenidades e atos oficiais, assegurando a conformidade legal e protocolar no uso dos símbolos oficiais. Sob o aspecto econômico, revela-se viável e eficiente, ao permitir a substituição periódica de bandeiras desgastadas, evitando improvisações e prejuízos à imagem institucional.

Dessa forma, a contratação proposta atende de maneira integrada, proporcional e eficiente às necessidades da Câmara Municipal de Buritis/RO, garantindo a adequada representação institucional, a continuidade das atividades legislativas e a observância dos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, nos termos da legislação vigente.





CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

10- JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Nesta contratação, não se mostra vantajoso o parcelamento do objeto, tendo em vista que a aquisição se refere a bandeiras oficiais, destinadas ao uso institucional integrado da Câmara Municipal de Buritis/RO, especialmente para hasteamento em mastros, composição do plenário e realização de eventos, solenidades e atos oficiais.

A execução do objeto em parcela única contribui para a simplificação da gestão contratual, reduz riscos relacionados à entrega fracionada, assegura a padronização visual e técnica das bandeiras adquiridas e facilita o controle do recebimento e da conformidade dos produtos com as especificações estabelecidas no Termo de Referência.

Ressalta-se que a adoção da entrega em parcela única não restringe a competitividade do certame, uma vez que o objeto é classificado como bem comum, amplamente disponível no mercado nacional, podendo ser fornecido por diversos fornecedores, inclusive microempresas e empresas de pequeno porte, em conformidade com as exigências técnicas definidas.

11-CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não se aplicam contratações correlatas ou interdependentes ao objeto deste Estudo Técnico Preliminar, uma vez que a aquisição de bandeiras oficiais possui caráter autônomo, não dependendo de outras contratações para sua execução ou utilização.

O fornecimento das bandeiras, conforme especificado no Documento de Formalização da Demanda, é suficiente, por si só, para atender às necessidades institucionais da Câmara Municipal de Buritis/RO, não havendo vínculo técnico, operacional ou financeiro com outros objetos contratuais.

12-IMPACTOS AMBIENTAIS

Com a presente contratação, não se vislumbram impactos ambientais significativos, tendo em vista que o objeto refere-se à aquisição de material de consumo de uso administrativo e institucional, os quais não envolvem atividades potencialmente poluidoras ou de risco ambiental relevante.

Ressalta-se, contudo, que a contratação poderá contribuir indiretamente para a redução do consumo de papel, por meio da ampliação da digitalização de documentos, bem como para o descarte adequado de documentos físicos, observadas as boas práticas de gestão ambiental e sustentabilidade no âmbito da Administração Pública.

13-VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Considerando as informações apresentadas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a solução proposta é tecnicamente viável e financeiramente justificável, estando plenamente adequada às necessidades institucionais da Câmara Municipal de Buritis/RO.





CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS/RO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

A aquisição de bandeiras oficiais proporcionará benefícios diretos à Administração Pública, tais como a adequada representação institucional, o cumprimento das normas legais e protocolares, a preservação da imagem da Casa Legislativa e a padronização visual dos ambientes internos e externos, especialmente em sessões plenárias, solenidades e eventos oficiais.

Do ponto de vista financeiro, a contratação mostra-se viável e proporcional, uma vez que o objeto é classificado como bem comum, amplamente disponível no mercado nacional, com valores compatíveis com os praticados no setor e previsão no Plano Anual de Contratações, observando-se os princípios da economicidade, razoabilidade e planejamento.

A implementação da solução contribuirá para a continuidade das atividades legislativas e institucionais, assegurando o uso adequado dos símbolos oficiais, a conformidade com boas práticas administrativas e o atendimento ao interesse público.

Diante do exposto, entende-se plenamente viável a realização da contratação, nos termos definidos neste Estudo Técnico Preliminar, em consonância com os princípios da eficiência, eficácia e economicidade que regem a Administração Pública.

14-RESPONSÁVEIS ELABORAÇÃO DO ESTUDO TECNICO - ETP

Edivaldo da Silva Souza

Diretor de Planejamento e Orçamento

Autorizado pelo Gestor: **Adriano de Almeida Lima**

Vereador Presidente







Município de Buritis

01.266.058/0001-44
Rua São Lucas
www.buritis.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Edital	DISPENSA ELETRONICA 03	29/05/2026

ID:	105030	Processo	Documento
CRC:	683F1DFD		
Processo:	51-6/2026		
Usuário:	JOYCE PAZITTO DOS SANTOS		
Criação:	29/05/2026 10:13:20	Finalização:	29/05/2026 10:15:50

MD5:	0381100FBB0682C76024B17DA780B778
SHA256:	40ED2DBCf88758CE95A68AF9F006ADAEC4F09F818F356C5E9D3D3EE6C22A4EB7

Súmula/Objeto:
EDITAL

INTERESSADOS

CAMARA MUNICIPAL DE BURITIS	Buritis	RO	29/05/2026 10:13:20
-----------------------------	---------	----	---------------------

ASSUNTOS

AQUISIÇÃO DE KIT BANDEIRAS (NAC- EST- e MUNICIPAL)	29/05/2026 10:13:20
--	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.buritis.ro.gov.br informando o ID 105030 e o CRC 683F1DFD.